

EUCLIDES DE OLIVEIRA
SEBASTIÃO AMORIM

INVENTÁRIO E PARTILHA

TEORIA E PRÁTICA

Revisita e atualizada
2020

saraiva  jur


saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

 Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodríguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
 Marisa Amaro dos Reis

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)
 Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
 Amanda Mota Loyola
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Juliana Bojczuk Fermينو
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro
 Mônica Gonçalves Dias

Diagramação Markelangelo Design e Projetos Editoriais

Revisão Magda Carlos

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Mari Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Amorim, Sebastião; Oliveira, Euclides de

 Inventário e partilha: teoria e prática / Sebastião Amorim ;
 Euclides de Oliveira. – 26. ed. – São Paulo : Saraiva Educação,
 2020.

568 p.

 Bibliografia
 ISBN 978-85-536-1637-4

1. Direito civil I. Título.

20-0222

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito civil

347

Data de fechamento da edição: 22-11-2019

 Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

 Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
 qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
 Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
 na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606461 CAE 716970

Sumário

<i>Apresentação à 1ª edição</i>	7
<i>Prefácio</i>	9
<i>Nota dos autores</i>	13
<i>Abreviaturas</i>	17

CAPÍTULO 1

Sucessão Hereditária

1. Conceito de sucessão	37
1.1. Direito das Sucessões	38
1.2. Herança	39
2. Sucessão <i>inter vivos</i> e <i>causa mortis</i>	42
2.1. Sucessão legítima, testamentária e anômala	42
2.2. Sucessão a título universal e a título singular	43
3. Abertura da sucessão e transmissão da herança	44
4. Direito do nascituro	47
5. Comoriência	53
6. Dos Que Não Podem Suceder. Indignidade. Deserdação	55
6.1. Indignidade	56
6.2. Deserdação	58
7. Aceitação e renúncia da herança	60
8. Cessão de herança	65
8.1. Renúncia translativa. Formalização	67
8.2. Renúncia à meação	68
8.3. Registro da cessão de herança	69

9. Levantamento de certos valores pelos dependentes	70
---	----

CAPÍTULO 2

Sucessão Legítima

1. Noção de sucessão legítima.	73
2. Ordem da vocação hereditária	74
3. Parentesco	77
3.1. Conceito de parentesco.	77
3.2. Linhas e graus de parentesco	78
3.3. Espécies de filiação	80
3.4. Adoção	81
3.5. Igualdade dos filhos	84
4. Herdeiros necessários	85
5. Petição de herança e herdeiro aparente.	86
6. Direito de representação	88
7. Descendentes	90
8. Ascendentes	93
9. Cônjuge.	94
9.1. Regime de bens.	95
9.2. Meação e herança	96
9.3. Concurso com descendentes.	97
9.4. Cálculo das quotas	104
9.5. Concurso com ascendentes.	107
9.6. Cônjuge herdeiro único	108
9.7. Separação de fato	109
9.8. Usufruto	111
9.9. Habitação	111
9.10. Aquestos – súmula STF 377	112
10. Companheiro. União estável	114
11. Colaterais	114

12. O Município, o Distrito Federal e a União	116
---	-----

CAPÍTULO 3

Sucessão Legítima na União Estável

1. União estável como entidade familiar	117
2. Requisitos para configuração da união estável	119
2.1. Convivência	120
2.2. Ausência de formalismo	121
2.3. Unicidade de vínculo	124
2.4. Duração: estabilidade	126
2.5. Continuidade	128
2.6. Publicidade	129
2.7. Inexistência de impedimentos matrimoniais	130
2.8. Elemento subjetivo: propósito de constituir família	134
3. Impedimentos decorrentes de união estável	136
4. União estável homoafetiva	137
5. Desfiguração da união estável. Concubinato	143
6. Namoro e união estável	146
7. Meação	150
7.1. Meação no Código Civil	151
7.2. Meação de bens em união estável de pessoa casada e separada de fato	153
8. Sucessão hereditária	158
8.1. Direito de herança do companheiro	159
8.2. Direito de habitação do companheiro	172
8.3. Companheiro, antes casado e separado de fato	174
8.4. Sucessão por testamento	175
9. Ações	176
9.1. Declaratória de união estável e sua dissolução para fins de meação	177
9.2. Declaratória de união estável e pedido de herança	179
9.3. Inventário: abertura e habilitação	180

9.4. Reserva de bens em inventário	183
9.5. Conversão da união estável em casamento	185
10. Competência jurisdicional	186
11. O Ministério Público nas ações de reconhecimento da união estável ...	189

CAPÍTULO 4

Herança Jacente e Herança Vacante

1. Herança jacente – conceito	191
1.1. Natureza jurídica da herança jacente.	192
2. Arrecadação e demais atos processuais.	193
3. Herança vacante – conceito	195
3.1. Destinação de herança vacante	196
3.2. Usucapião de herança vacante	200
3.3. Sentença de herança vacante.	203
3.4. Recurso da sentença de herança vacante	204
4. Bens vacantes e coisas vagas – distinção.	204
5. Esquema da herança jacente e vacante	206

CAPÍTULO 5

Ausência e Morte Presumida

1. Ausência e seus efeitos	207
2. Declaração judicial de ausência	208
3. Arrecadação de bens quando não apareçam sucessores	209
4. Sucessão provisória no processo de ausência	210
5. Processamento da sucessão provisória	210
6. Conversão da sucessão provisória em definitiva.	211
7. Regresso do ausente após a sucessão definitiva	212
8. Declaração de morte pela lei n. 6.015/73 e pelo Código Civil ...	213
9. Declaração de ausência, com presunção de morte, pelas leis n. 6.683/79 e n. 9.140/95	215

10. Esquema do processo de ausência	217
---	-----

CAPÍTULO 6

Sucessão Testamentária

1. Sucessão testamentária	219
2. Conceito e requisitos do testamento	221
2.1. Capacidade testamentária ativa	223
2.2. Capacidade testamentária passiva	225
2.3. Proibição de testamento conjuntivo	228
3. Espécies de testamento	229
3.1. Testamento público	231
3.2. Testamento cerrado	232
3.3. Testamento particular	234
3.4. Testamento marítimo	236
3.5. Testamento aeronáutico	237
3.6. Testamento militar	239
3.7. Testamento nuncupativo militar	240
3.8. Testamento vital	240
3.9. Testemunhas testamentárias	241
4. Disposições testamentárias	243
4.1. Interpretação dos testamentos	243
4.2. Vínculos instituídos por testamento	245
4.3. Sub-rogação de vínculos instituídos por testamento	246
4.4. Extinção de vínculos e de usufruto instituídos por testamento	247
4.5. Competência para sub-rogação e extinção de vínculos	250
5. Codicilos	250
6. Apresentação, publicação e registro dos testamentos e codicilos	251
6.1. Registro de testamento cerrado	254
6.2. Registro de testamento público	255
6.3. Registro de testamento particular	255

6.4. Testamentos especiais e codicilo	257
7. Legados	257
8. Caducidade, revogação, rompimento, redução das disposições testamentárias.	259
8.1. Caducidade dos legados	259
8.2. Revogação dos testamentos e codicilos	260
8.3. Rompimento do testamento	260
8.4. Redução das disposições testamentárias	261
9. Direito de acrescer	261
10. Substituições testamentárias. Fideicomisso	262
10.1. Fideicomisso conceito.	263
11. Anulação de testamento.	265
12. O testamenteiro.	268
12.1. Direitos e obrigações do testamenteiro. Execução dos testamentos.	268
12.2. Prêmio do testamenteiro.	270
13. Esquemas dos testamentos	272

CAPÍTULO 7

Inventário Judicial – Aspectos Gerais

1. Conceito e formas de inventário judicial	275
1.1. Alvará. Conceito e finalidade	277
2. Partilha. Sobrepartilha	278
2.1. Sobrepartilha	279
3. Distribuição, registro e custas.	280
3.1. Distribuição e registro.	280
3.2. Custas.	282
3.3. Valor da causa.	285
3.4. Base de cálculo das custas: monte-mor ou herança	285
4. Competência.	290
5. Inventário conjunto – cumulação de inventários	293

6. Inventário negativo	295
7. Bens que não se inventariam	296
8. Ações referentes à herança	300
8.1. Petição de herança	300
9. Ações contra o espólio	302
10. Questões de alta indagação	304
11. Prazos de início e término do inventário	305
12. Férias forenses	307
13. Disposições comuns. Tutela provisória	308
14. Intervenção do Ministério Público	309

CAPÍTULO 8

Inventário Judicial – Processamento

1. Noções gerais	315
1.1. Espécies de inventário judicial	316
2. Fases do inventário judicial	316
3. Pedido de abertura. Documentos	318
3.1. Legitimidade e prazo	318
4. O inventariante	319
4.1. Inventariante judicial. Inventariante dativo	321
4.2. O administrador provisório	321
4.3. Compromisso do inventariante	322
4.4. Atribuições do inventariante	322
4.5. Prestação de contas	324
4.6. Remoção e destituição do inventariante	326
4.7. Recurso da decisão que nomeia, remove ou destitui inventariante	329
5. Representação legal. Incapazes. Curador. Procurador	330
5.1. Procurador	331
6. Primeiras declarações	333
7. Sonegados	335

8. Citações.	338
9. Impugnações.	339
9.1. Julgamento.	339
9.2. Pedido para participar do inventário.	340
9.3. Informações do fisco.	340
10. Avaliações.	341
11. Últimas declarações.	343
12. Impostos. Certidões negativas fiscais.	344
13. Colação de bens.	346
13.1. Casos de dispensa de colação.	351
14. Créditos e débitos.	353
15. Esquemas do inventário.	356

CAPÍTULO 9

Imposto sobre a Transmissão de Bens

1. Os impostos sobre transmissão e suas espécies.	359
1.1. Legislação sobre o imposto de transmissão.	360
2. Imposto <i>causa mortis</i> . Conceito e origens. Fato gerador.	361
2.1. Lei estadual paulista n. 10.705/2000, Alterada pela lei n. 10.992/2001.	363
2.1.1. Herança: isenções.	364
2.1.2. Alíquota e base de cálculo.	365
2.1.3. Doação.	366
2.1.4. Declaração eletrônica e intervenção da fazenda.	367
2.1.5. Responsabilidade pelo recolhimento.	369
2.1.6. Base de cálculo, prazo e penalidades.	369
2.2. Leis de outros estados sobre o imposto de transmissão <i>causa mortis</i> e doações.	371
2.3. Imposto progressivo. Constitucionalidade.	380
2.4. Vigência e aplicação do imposto: cada lei no seu tempo.	381

3. Imposto <i>inter vivos</i> . Conceito e fato gerador.	383
3.1. Alíquota do ITBI.	384
3.2. Relação do ITBI com o processo de inventário	385
4. Cálculo do imposto no inventário	385
4.1. Base de cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	386
4.2. Imposto em caso de renúncia à herança	388
4.3. Imposto em caso de renúncia à meação	389
4.4. Procedimento do cálculo no inventário.	391
4.5. Recurso da sentença de cálculo.	392
4.6. Imóveis situados em outros estados	393
5. Cálculo e recolhimento do imposto nos arrolamentos.	394
6. Imposto de renda sobre lucros na sucessão	395

CAPÍTULO 10

Partilha

1. Noções	399
1.1. Requerimento e deliberação sobre a partilha.	400
2. Formas de partilha – Julgamento	400
2.1. Partilha amigável	401
2.2. Usufruto.	402
2.3. Partilha judicial.	403
2.4. Sentença.	407
2.5. Formal de partilha	407
2.6. Recurso.	408
3. Emenda da partilha, anulação, nulidade e rescisão	409
3.1. Erro de fato e inexistências materiais.	409
3.2. Anulação da partilha amigável	409
3.3. Rescisão de partilha	410
3.4. Nulidade da partilha.	411
4. Garantia dos quinhões hereditários	413

5. Sobrepartilha	413
6. Substituição processual do espólio	414
7. Partilha no divórcio e na dissolução da união estável.	415
8. Esquema da partilha	417

CAPÍTULO 11

Arrolamento – Generalidades

1. Conceito de arrolamento	419
2. Modalidades de arrolamento.	419
3. Normas subsidiárias do arrolamento	420
4. Arrolamento cautelar	420

CAPÍTULO 12

Arrolamento Sumário

1. Conceito e requisitos de arrolamento sumário	421
2. Fases processuais	422
3. Eliminação de termos	424
4. Dispensa de avaliação	425
5. Credores do espólio – decisão sobre avaliação	426
5.1. Recurso.	426
6. Taxa judiciária – valor da causa	426
7. Imposto de transmissão	427
8. Partilha amigável.	430
9. Homologação da partilha – formal	431
10. Esquema do arrolamento sumário	432

CAPÍTULO 13

Arrolamento Comum

1. Conceito e requisitos	433
2. Fases processuais	433
3. Plano de partilha.	435

4. Avaliação dos bens	436
5. Julgamento da partilha	436
6. Esquema	437

CAPÍTULO 14

Inventário e Partilha Extrajudicial

1. Observações gerais	439
1.1. Provimientos das corregedorias de justiça. Resolução n. 35 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	440
1.2. Alterações no Código de Processo Civil.	440
1.3. Partilha ou adjudicação.	441
1.4. Dualidade de procedimentos: inventário judicial e inventário extrajudicial. Testamento	442
1.5. Caráter opcional do inventário extrajudicial	443
1.6. Homologação da partilha pelo juiz, no procedimento judicial de arrolamento sumário	443
1.7. Abertura da sucessão e inventário	444
1.8. Prazos para o inventário	445
1.9. Distinção entre meação e herança	445
1.10. Efeitos do inventário e partilha extrajudicial	446
1.11. Competência funcional do tabelião	446
1.12. Responsabilidade do tabelião	447
1.13. Assistência de advogado	448
1.14. Bens e direitos que dispensam inventário e partilha	449
2. Formalidades da escritura de inventário e partilha.	449
2.1. Partes no inventário	450
2.2. Credores do espólio	451
2.3. Cessão de direitos hereditários	451
2.4. Renúncia da herança.	452
2.5. Procuradores das partes	452

2.6. Nomeação de inventariante	453
2.7. Administrador provisório	453
2.8. Documentos das partes	453
2.9. Bens – descrição, valores e documentos	454
2.10. Bens situados no estrangeiro	456
2.11. Certidões negativas de débitos fiscais	456
2.12. Impostos de transmissão	456
2.13. Sobrepartilha extrajudicial	457
2.14. Escritura de retificação da partilha	458
2.15. Central de inventários e de testamentos	458
2.16. Emolumentos da escritura – lei de custas	458
2.17. Gratuidade	459
2.18. Carta de sentença ou formal de partilha extrajudicial	459
3. Conclusão	460

CAPÍTULO 15

Alvarás Judiciais

1. Conceito e espécies	461
2. Alvará incidental. Alienação de bens	463
3. Alvará em apenso	466
4. Alvará independente	468
5. Dispensa de alvará	471
5.1. Saldo de salários	472
5.2. FGTS	473
5.3. PIS/PASEP	474
5.4. Saldos bancários	476
5.5. Restituição de tributos	477
5.6. Seguro de vida	477
5.7. Pecúlio	478
6. Recurso da decisão de alvará	479

7. Nota: Correção de valores para fins de arrolamento e dispensa de alvará. Extinção da ORTN.	479
--	-----

CAPÍTULO 16

Terminologia	483
---------------------------	------------

CAPÍTULO 17

Formulários	493
--------------------------	------------

17.1. Alvará em Inventário negativo, para outorga de escritura	493
17.2. Alvará em Inventário, para venda de bens.....	494
17.3. Alvará em Inventário, para outorga de escritura.	495
17.4. Alvará em Inventário, para levantamento de depósito.....	496
17.5. Alvará independente, sem bens a inventariar, pedido de levantamento de depósitos bancários, FGTS e PIS-PASEP.	497
17.6. Alvará em apenso, requerimento de terceiro para outorga de escritura.....	499
17.7. Arrolamento comum. Pequeno valor. Petição inicial	500
17.8. Arrolamento sumário. Partes maiores e capazes. Petição inicial.	501
17.9. Arrolamento sumário. Declarações de herdeiros e de bens e partilha amigável.....	503
17.10. Arrolamento sumário. Despacho na petição inicial	505
17.11. Arrolamento. Sentença - homologação de partilha	506
17.12. Herança vacante. Auto de adjudicação	507
17.13. Inventário. Petição de abertura pelo cônjuge.....	508
17.14. Inventário. Petição de abertura por herdeiro	509
17.15. Inventário. Petição de abertura pelo Ministério Público	510
17.16. Inventário conjunto (ou cumulado). Petição inicial.	511
17.17. Inventário com testamento. Petição inicial.	512
17.18. Inventário Negativo. Petição inicial	513
17.19. Inventário. Compromisso de inventariante (ou testamentário) ...	514
17.20. Inventário com herdeiro menor, sem testamento.	515
17.21. Inventário com testamento. Primeiras declarações	517

17.22. Inventário. Reclamação contra a inclusão de herdeiro	519
17.23. Inventário. Reclamação contra a nomeação de inventariante . . .	520
17.24. Inventário. Pedido de remoção de inventariante	521
17.25. Inventário. Pedido de colação de bens.	522
17.26. Inventário. Renúncia da herança	523
17.27. Inventário. Últimas declarações.	524
17.28. Inventário. Pedido de quinhão	525
17.29. Inventário. Esboço de partilha.	526
17.30. Inventário. Auto de partilha	528
17.31. Inventário. Auto de adjudicação	529
17.32. Sentença homologatória de partilha.	530
17.33. Inventário. Desistência do prazo de recurso	531
17.34. Inventário. Pedido de aditamento (ou retificação) a formal de partilha.	532
17.35. Inventário. Requerimento de sobrepartilha	533
17.36. Inventário. Habilitação de crédito. Reserva de bens. Petição do credor	534
17.37. Inventário. Requerimento de conversão de inventário em arro- lamento.	535
17.38. Testamento público. Requerimento de registro.	536
17.39. Testamento particular. Requerimento de confirmação e registro . .	537
17.40. Testamento cerrado. Requerimento de abertura e registro	538
17.41. Testamento cerrado. Termo de apresentação e abertura	539
17.42. Vintena (prêmio). Pedido de arbitramento	540
17.43. Usufruto – Extinção. Requerimento ao registro de imóveis	541
17.44. Sub-rogação de vínculos. Petição inicial	542
17.45. Inventário e partilha extrajudicial – escritura pública	543
<i>Índice Alfabético Remissivo</i>	545
<i>Bibliografia</i>	561